

**O papel das incubadoras de empresas e de cooperativas nas cadeias produtivas extrativistas: caso do sul do Amapá**

**Tema 3:** Empreendimentos orientados para o desenvolvimento local e setorial

**Janaína Deane de Abreu Sá Diniz**

Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB  
SQN 415, Bloco K, Apto 203 70.880-110 Brasília-DF  
F: (61) 347-0364 / Fax: (61) 448-7190  
[janadinizbr@yahoo.com.br](mailto:janadinizbr@yahoo.com.br)

**Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário**

Mestranda em Gestão Econômica do Meio Ambiente / ECO-UnB  
SCLN 210, Bloco D, Apto 205 70.862-540 Brasília-DF  
F: (61) 9289-6262  
[teca.ribeiro@ibest.com.br](mailto:teca.ribeiro@ibest.com.br)

**Josiane do Socorro Aguiar de Souza**

Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB  
SCLN 310, Bloco D, Apto. 218 Brasília-DF  
F: (61) 3203-8398 / (61) 9272-3899  
[josianeaguiar@yahoo.com](mailto:josianeaguiar@yahoo.com)

**Rudi Henri van Els**

Doutorando do Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB  
F: (61) 307-2316 / (61) 9904-4209  
[rudi@unb.br](mailto:rudi@unb.br)

## **Resumo**

Este artigo procura analisar as ações desenvolvidas para a cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no sul do estado do Amapá, com ênfase no apoio às cooperativas extrativistas realizado pelo Centro de Incubação de Empresas (CIE) do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Entre as ações conduzidas pelo CIE, tem-se a introdução de tecnologias apropriadas para melhorias no processo produtivo e adequação das cooperativas às exigências do mercado. Inicialmente, uma revisão de literatura sobre cadeias produtivas, extrativismo e tecnologias apropriadas esclarece alguns conceitos relacionados aos projetos desenvolvidos para a cadeia produtiva da castanha no estado. Em seguida, são discutidas as ações empreendidas na região, as tecnologias que foram introduzidas na cadeia, experiências de organização cooperativa, alguns resultados e ações em curso. Por fim, tenta-se mostrar que o CIE tem um papel fundamental na capacitação dessas comunidades, sendo um indutor do desenvolvimento local. São listados alguns pontos positivos e negativos das experiências já vivenciadas nessas iniciativas junto às cooperativas extrativistas do Amapá. Estes pontos levantados podem constituir aspectos a serem considerados em outras iniciativas em andamento no estado.

**Palavras-chave:** Incubadoras, cadeias produtivas, extrativismo, castanha-da-amazônia, Amapá.

## **Abstract**

This article analyzes the actions developed to support the Brazil-nut productive chain in the southern area of the Amapá state by the Incubation Center (CIE) of the Amapá's Research Institute (IEPA) in order to help the extractive cooperatives. Among the actions promoted by the CIE, we can mention the introduction of appropriate technologies to improve the productive processes and the preparation of the cooperatives to meet the market requirements. Firstly, a literature review on productive chains, extractivism and appropriate technologies explains some concepts related to the projects for the productive chain in the state. Secondly, the developed initiatives in the region, the introduced technologies in the productive chains, the experiences of cooperative organization are discussed, as well as some results and undergoing activities. Finally, it is concluded that the CIE has a fundamental role in the capacity building of those communities, as an inductor of local development. Positive and negative points from the experiences with Amapá's cooperatives are listed and can be considered in other initiatives that are being undertaken in the region.

**Key-words:** Incubation Centers, productive chains, extractivisme, Brazil-nut, Amapá state.

## Introdução

A economia do sul do estado do Amapá é baseada principalmente no extrativismo vegetal, sendo os produtos mais explorados a castanha-da-amazônia<sup>1</sup> (*Bertholletia excelsa*), a borracha (*Hevea brasiliensis*), o açaí (*Euterpe oleracea*) e o cacau (*Theobroma cacao*). A extração da castanha-da-amazônia é uma atividade realizada principalmente em três áreas de uso especial no sul de estado: uma reserva Extrativista, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e um Assentamento Agro-extrativista.

Essas áreas têm uma estrutura fundiária especial, tendo sido criadas a partir do movimento social dos seringueiros e do movimento de conservação ambiental nos anos 80, que buscavam um tipo de reforma agrária para a Amazônia que considerasse as especificidades da região. A idéia chave que norteava esses movimentos foi inspirada no modelo das terras indígenas e propunha a titularidade coletiva e o compartilhamento dos direitos de uso dos recursos naturais nessas terras.

Foram desenvolvidas diversas ações governamentais nessas áreas para promover o desenvolvimento local. Primeiramente, iniciou-se um sistema de escoamento da castanha-da-amazônia para comercialização em Macapá com apoio da Secretaria de Agricultura do Estado (Moulin, 2000) e o incentivo a criação de cooperativas de produtos extrativistas. Em seguida, foram implantadas diversas ações de apoio a essas cooperativas, destacando-se o financiamento de capital de giro, a compra dos produtos das cooperativas para abastecimento da merenda escola, a construção de fábricas e a aquisição de equipamentos.

O objetivo dessas ações era o de verticalizar a produção de derivados de castanha no estado. Além de fornecer a infra-estrutura básica para o beneficiamento dos produtos do extrativismo, as ações governamentais buscavam fortalecer a organização social das cooperativas. Neste contexto surge o Centro de Incubação de Empresas (CIE) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e que inicia as sua atividade dando apoio às cooperativas extrativistas.

Este artigo apresentará, num primeiro momento, uma revisão de literatura sobre cadeias produtivas, extrativismo e tecnologias apropriadas. Em seguida, serão apresentadas, na seqüência, a cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no Amapá e as cooperativas envolvidas nessa cadeia; a atuação do CIE junto às cooperativas do Sul do estado; e uma proposta de projeto indutor do desenvolvimento local em um Assentamento Agro-extrativista. Na proposta em questão está prevista a introdução de uma tecnologia apropriada para o fornecimento de energia, que será utilizada em atividades produtivas relacionadas à castanha-da-amazônia. Por fim, são apresentadas reflexões

---

<sup>1</sup> A castanha-da-amazônia é mais conhecida no Brasil como castanha-do-brasil. A nomenclatura "castanha-do-pará" se deve ao fato do Pará ter liderado as exportações de castanha por muitos anos. Porém, outros países amazônicos que também exploram a castanha, defendem a nomenclatura "castanha-da-amazônia". Adotaremos neste artigo esta última nomenclatura, que é a oficial entre os países amazônicos.

sobre o papel atual do CIE junto às cooperativas extrativistas do sul do Amapá e uma proposta de participação deste núcleo no projeto do Assentamento Agro-extrativista do Maracá.

## **Revisão de Literatura**

Para Prochnik e Haguenaer (2001), “cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (p. 2). Montigaud (1992), baseando-se em uma definição de Goldberg<sup>2</sup> sobre a abordagem da cadeia produtiva, afirma que ela engloba todos os participantes implicados na produção, transformação e na comercialização de um produto agrícola. Inclui os fornecedores da agricultura, os agricultores, os empresários de estocagem, os transformadores, os atacadistas e varejistas, permitindo ao produto bruto a passagem da produção para o consumo.

Figueiredo e Prescott (2004) entendem como cadeia produtiva o conjunto de componentes interativos, que vai desde os fornecedores de serviços e insumo até os consumidores finais de produtos e subprodutos, passando pelos sistemas produtivos agropecuários e agrofloretais, o processamento e a transformação, a distribuição e a comercialização.

Para Montigaud (1992), uma cadeia produtiva deve ser analisada de forma sistêmica, compreendendo os seguintes elementos: os objetivos para satisfazer o consumidor; as funções intercaladas entre a decisão de produzir e o consumo final; as instituições e mecanismos que permitem o exercício dessas funções; e uma estrutura de decisão para tentar controlar e coordenar as forças existentes.

No caso da região sul do Amapá, muitas cadeias produtivas são baseadas no extrativismo e, por isso, ainda não apresentam características atípicas, inerentes a este modo de exploração de recursos naturais.

O extrativismo é uma atividade de elevada importância socioeconômica para a Amazônia, pois dele sempre dependeu grande parte de sua população. Seus habitantes já vivenciaram diversos momentos de “glória”, verdadeiras corridas de migrantes, atrás dos recursos a serem extraídos da floresta, como as drogas do Sertão desde o século XVI, o ciclo da borracha no final do século XIX, a “febre do ouro” com a descoberta de Serra Pelada em 1980, a intensa exploração de manganês na Serra do Navio entre 1957 e 1997, e, em décadas mais recentes, a instalação de madeireiras e a abertura da fronteira agrícola.

Os produtos mais explorados no extrativismo vegetal não-madeireiro são a borracha, a castanha-da-amazônia e o açaí. Por apresentarem sazonalidades diferentes, os extrativismos da borracha e da castanha podem constituir atividades econômicas complementares, como no estado do Acre, onde o produtor de castanha é o próprio seringueiro. Porém, devido à redução da

---

<sup>2</sup> Goldberg R.A. Agribusiness Coordination : a systems approach to the wheat, soybean on Florida Orange Economics, Graduate School of Business Administration, Harvard University, Boston, 1968.

exploração da borracha, a extração da castanha surgiu como uma das principais alternativas econômicas de subsistência para as populações de seringueiros da região (Homma, 2000).

Lescure (2000) lista várias justificativas para o grande interesse pelos produtos florestais não-madeireiros e pelo extrativismo, notadamente na Amazônia: i) contribuem de maneira significativa para a vida cotidiana, fornecendo complementos alimentares, fármacos, materiais para construção de casas, mobiliário e utensílios<sup>3</sup>; ii) contribuem para o aumento das rendas familiares, sendo para muitos o único acesso aos bens de consumo<sup>4</sup>; iii) abastecimento de mercados locais e regionais e exportação.

Sobre a continuidade da atividade extrativa na Amazônia, Homma (2002) considera que ela “permanecerá enquanto o mercado for limitado, existirem grandes estoques e a domesticação não for possível” (p. 229). Nesta previsão reside uma questão complexa: se para que a floresta seja mantida “em pé”, deve-se agregar valor aos seus recursos naturais e incentivar sua comercialização, evidentemente, será necessária a expansão do mercado. Mas como fazer isto de forma equilibrada, sem diminuir os estoques naturais, principalmente quando a domesticação não é viável? Muitos dos projetos ultimamente empreendidos na região tentam responder a essa questão.

Uma das formas de incentivar a agregação de valor aos produtos da floresta é a introdução de tecnologias capazes de promover modificações no produto a ser oferecido ao mercado, mas sem causar grandes impactos sociais e ambientais. Nesse perfil encontram-se as tecnologias apropriadas.

As tecnologias apropriadas raramente resultam de uma criação ou de uma invenção. São, na maioria das vezes, técnicas já existentes, porém reabilitadas, adaptadas ou melhoradas para um outro contexto. E estas modificações podem estar relacionadas com os aspectos técnicos, ergonômicos ou consistirem na simplificação de tecnologias sofisticadas, como nas micro-centrais elétricas (Beaufort, 2003).

Dentre os setores que mais desenvolvem as tecnologias apropriadas, tem-se a agricultura, o setor elétrico, o de construção e o de distribuição de água. Além destes, há também o aprimoramento de tecnologias artesanais, domésticas ou industriais para a produção de bens consumo, como sabão e cosméticos, sucos de frutas e outros produtos alimentícios. Nesse caso, a utilização de tecnologias apropriadas favorece a criação de empregos não somente na produção, mas também na distribuição dos produtos mencionados.

O setor elétrico é, de fato, um dos mais propícios ao desenvolvimento deste tipo de tecnologia, principalmente quando se busca o uso de energias

---

<sup>3</sup> Lescure (2000) completa que, apesar de terem elevada importância na vida cotidiana da população amazônica, não servem exclusivamente para a subsistência, demonstrando um enorme potencial para comercialização.

<sup>4</sup> As trocas comerciais são, porém, dificilmente quantificadas, pois utilizam muitas vezes o escambo, ou seja, a troca de uma quantidade de um produto florestal não-madeireiro por outra de determinado bem de consumo.

renováveis<sup>5</sup>. “Os objetivos são os de enfrentar problemas ambientais graves (desertificação, desmatamento) ou de atender a necessidades como iluminação, funcionamento de equipamentos, o bombeamento de água ou produção de calor (secagem de produtos alimentícios) ou de frio” (Beaufort, 2003, p. 5).

Para o desenvolvimento das atividades produtivas locais, pode ser proposta não apenas uma tecnologia específica, mas um conjunto de tecnologias, capaz de atender às necessidades básicas e de produção, além de facilitar o seu escoamento. Equipamentos como turbinas hidrocinéticas (Els *et al.*, 2002), secadores solares (Moraes-Duzat *et al.*, 2002), entre outros, têm sido adaptados para contribuir ao desenvolvimento sustentável de populações tradicionais da Amazônia. Entretanto, estes equipamentos não podem ser pensados de forma isolada, mas sim visando o atendimento das cadeias produtivas, integrando as diversas atividades associadas à produção existente.

### **Atores e projetos relacionados à cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no Amapá**

#### **- A cadeia produtiva da castanha no Sul do Amapá**

O fluxo seguido pela castanha e seus derivados no estado está representado na figura 1. Os principais atores são os castanheiros, os atravessadores, as cooperativas e as empresas exportadoras, representados na figura por caixas sombreadas.

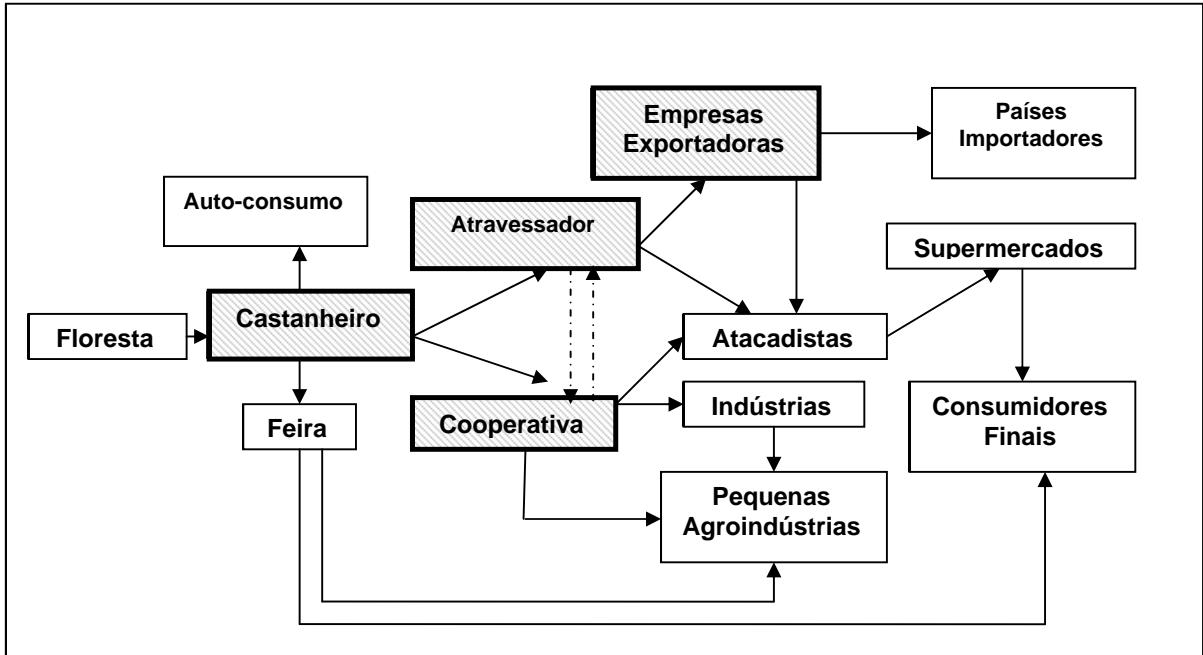


Figura 1 – Esquema representando o fluxo da comercialização da castanha e seus derivados ao longo de sua cadeia produtiva. Fonte: Adaptado de Diniz, 2003.

<sup>5</sup> As pesquisas são orientadas principalmente para fontes de energia renovável como solar, eólica, aproveitamento de cursos d’água e barragens (micro-centrais), biogás, biomassa, etc.

O perfil dos castanheiros varia entre as comunidades, devido às diferentes condições de exploração e transporte da castanha e da proximidade de centros urbanos, que acabam gerando empregos para os extrativistas fora da safra. Muitos deles trocam de atividade quando se chega à época do “fabrico”<sup>6</sup>, sendo que alguns conseguem conciliar férias de uma atividade com a coleta da castanha.

Os atravessadores são os agentes intermediários da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia. Durante muitos anos eles foram os únicos a garantir o escoamento da produção extrativista dos castanheiros até os empresários exportadores. Sua influência na cadeia produtiva vem diminuindo significativamente no Amapá, porém, em muitos locais ainda se verifica a preferência dos extrativistas pela comercialização com esses agentes. A escolha dos extrativistas é justificada pela razão de os atravessadores, além de fornecerem o adiantamento necessário à coleta, serem menos exigentes que as cooperativas quanto aos critérios de qualidade. Este fato pode ser um dos principais responsáveis pelo comprometimento, nos últimos anos, da qualidade da castanha ao longo da cadeia (Diniz, 2003).

Com relação às empresas exportadoras, Filocreão (2002) comenta: “a comercialização da castanha-da-amazônia se concentra em 25 firmas exportadoras, sendo que apenas oito são responsáveis por 90% da exportação da castanha com casca e 75% da castanha descascada, ou 82,37% da exportação exportada” (p. 118).

No Amapá predominava até o início da década de 1990 a exploração tradicional da castanha-da-amazônia com seus castanheiros comercializando grande parte da produção via atravessadores para as usinas de beneficiamento e empresas exportadoras da família Mutran, configurando uma situação de oligopsônio<sup>7</sup>.

Outros atores mais recentes na cadeia produtiva da castanha-da-amazônia são as cooperativas, que terão seu aparecimento abordado no tópico seguinte.

### **- O surgimento das cooperativas extrativistas**

Após a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá (PDSA) em 1995, com base nos pressupostos da Agenda 21 para os Estados da Amazônia, o governo do estado tem buscado a definição de políticas de valorização de seus recursos naturais, (Agenda Positiva da Amazônia, 2000). Nesse contexto foram criadas algumas das cooperativas na região sul do Amapá.

---

<sup>6</sup> Nome dado pelos castanheiros ao período de coleta da castanha.

<sup>7</sup> Oligopsônio – Tipo de estrutura de mercado em que poucas empresas, de grande porte, são as compradoras da matéria-prima. Pode ser de duas formas: i) um mercado comprador muito concentrado, com poucas e grandes empresas que negociam com muitos pequenos produtores; e ii) mercados consumidor e vendedor concentrados, com poucos e grandes produtores (oligopsônio bilateral).



Essas cooperativas representam uma tentativa de valorização dos produtos extrativistas e de promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades que habitam nessas áreas.

Entre as cooperativas que comercializam a castanha-da-amazônia, tem-se: Cooperativa Mista Extrativista dos Agricultores de Laranjal do Jarí (Comaja), criada em 1986; Cooperativa Mista Extrativista dos Produtores do Rio Iratapuru (Comaru), de 1997; e Cooperativa dos Produtores de Castanha do Alto Cajari (Cooperalca), de 2001.

Todas essas cooperativas trabalham em áreas de uso especial na região de estudo no sul de Estado: a Reserva Extrativista do Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e o Assentamento Agro-extrativista do Maracá.

A tabela 1 apresenta informações gerais sobre essas três áreas.

Tabela 1 – Informações sobre as áreas de estudo do artigo.

	<b>Reserva Extrativista do Rio Cajari</b>	<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru</b>	<b>Assentamento Agro-extrativista do Maracá</b>
<b>Data de Criação</b>	12/03/1990	11/12/1997	27/10/1988
<b>Gestão</b>	CNPT / IBAMA	SEMA/AP	INCRA
<b>Municípios abrangidos</b>	Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí	Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari	Mazagão
<b>Área (ha)</b>	501.771	806.184	569.209
<b>% Amapá</b>	3,49	5,61	3,96
<b>Cooperativos</b>	Cooperativa Mista Extrativista dos Agricultores de Laranjal do Jarí (COMAJA) Cooperativa dos Produtores de Castanha do Alto Cajari (COOPERALCA)	Cooperativa Mista Extrativista dos Produtores do Rio Iratapuru (COMARU)	Cooperativa em formação. Atualmente existe apenas uma Associação de Extrativistas.
<b>Ecosistemas predominantes</b>	Floresta tropical de terra firme e floresta densa de planície aluvial	Floresta tropical úmida densa de terra firme	Baixo Maracá – Floresta de várzea Médio e Alto Maracá – Floresta de terra firme

Fonte : Secretaria de Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP).

A Comaja está instalada na sede do município de Laranjal do Jarí, agrupando 45 agricultores e 80 castanheiros cadastrados. A castanha *in natura* provém da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Até 2003 a Comaja produzia o óleo de castanha, a castanha sem casca e a torta de castanha, um subproduto da extração do óleo. Atualmente a cooperativa beneficia apenas a castanha sem casca e a

maior parte da sua produção é vendida para as empresas Mutran, do Pará. A capacidade instalada da Comaja é de 580 Kg de massa de castanha, 348 litros de óleo e 800 Kg de castanha desidratada ao ano.

A Comaru está localizada na Reserva Extrativista do Rio Iratapuru, no município de Laranjal do Jarí. Agrupa 37 cooperados, que fornecem exclusivamente castanhas da reserva. Seu produto principal era o biscoito de castanha, vendido até 2002 para a merenda escolar. Atualmente beneficia o óleo bruto para indústrias de cosméticos, por meio de extração artesanal.

A Cooperalca está situada na Reserva Extrativista do Rio Cajari, na comunidade de Santa Clara, município de Laranjal do Jarí. Congrega 99 cooperados, pertencentes a 12 comunidades. Sua capacidade de produção é de aproximadamente 200 t./mês. A origem das castanhas da cooperativa é toda da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Estima-se que 50% da castanha explorada na reserva sejam vendidos à cooperativa e o restante, negociado com atravessadores, vendido em feiras de Macapá e Laranjal do Jarí ou utilizado para consumo interno.

O surgimento das cooperativas não eliminou a presença dos atravessadores. Na região sul do Amapá, a maioria das cooperativas consegue comprar no máximo 50% do volume vendido pelos castanheiros. Além disso, surgiu um outro tipo de relacionamento entre atravessador e cooperativa, pois há relatos de que os castanheiros entregam a castanha coletada ao atravessador, que a armazena e beneficia nas instalações de uma cooperativa, e em seguida retorna o produto embalado ao atravessador, para que seja encaminhada às empresas exportadoras. Caracteriza uma “quase-terceirização” exercida pela cooperativa em questão. Essa situação é representada na figura 1 pelas setas pontilhadas.

O aparecimento das cooperativas na cadeia produtiva provoca uma mudança também na vida do extrativista. Ele precisa assumir um novo papel que historicamente não era dele. Dentro da cooperativa é necessário que ele assuma funções que antigamente eram exercidas pelo atravessador. Agora ele deve atuar nas demais atividades exigidas por uma empresa como beneficiamento, comercialização, marketing, administração etc.

O sucesso do trabalho cooperativo depende do engajamento dos extrativistas na gestão e controle das cooperativas. Além disso, eles têm que ser capacitados para acessar os recursos (tecnologias, transporte e financiamento) que antigamente eram fornecidos pelos atravessadores a preços muito altos e numa relação de forte dependência. Para isso, é necessário o envolvimento de todos os extrativistas e não somente de algumas lideranças. Ou seja, é necessário se trabalhar tanto na capacitação técnica dos cooperados e nas melhorias tecnológicas, como promover uma melhor organização social das comunidades. Dessa forma, deve haver um rodízio de pessoas em todas as etapas do processo produtivo, promovendo transparência e renovação, essenciais ao sucesso do trabalho cooperativo.

Segundo Barbosa (2001), a participação exclusiva das lideranças é um fator desfavorável à gestão participativa e tem explicação na tradição da figura do

"patrão" no seio da comunidade, oriunda do sistema extrativista tradicional. As pessoas continuam a nomear alguém como tal, apesar das mudanças ocorridas nas suas características, a ele atribuídas em função do novo contexto histórico, posterior ao antigo sistema de dependência do "aviamento".

O apego a figura do patrão tira dos extrativistas a responsabilidade da gestão, neste caso, da extração da castanha-da-amazônia e lhes mantém em busca da transferência da responsabilidade. A responsabilidade das pessoas pela gestão das cooperativas e das reservas deve ser conquistada, o que exige um processo de transição de duração variável, mas que pode ser acelerado pela contribuição de ações educativas (Barbosa, 2001). Portanto, as iniciativas de apoio promovidas pelo Governo do estado por meio de incubadoras de empreendimentos devem levar em consideração essas peculiaridades.

As incubadoras de empresas focam tradicionalmente a formação dos empreendedores e os capacitam para atuarem como empresários. O apoio à organização social das comunidades é igualmente importante e, para isso, podem ser aproveitadas experiências de outras instituições como, por exemplo, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além das tradicionais parceiras com o SEBRAE<sup>8</sup>, Universidades e Centros de Pesquisa.

#### **- O Centro de Incubação de Empresas (CIE)**

Com a organização das comunidades extrativistas na década de 1980, houve a necessidade de uma transformação na cadeia produtiva da castanha-da-amazônia, e assim, agregar valor aos seus produtos com o objetivo de promover o aumento na renda das populações extrativistas. No sul do Amapá isso foi possibilitado com o apoio do governo estadual, que criou mecanismos de incentivo a esses empreendimentos comunitários, através do CIE do IEPA, e da parceria com outras instituições governamentais, como a Secretaria de Infra-estrutura (SEINF) e a de Indústria Comércio e Mineração (SEICOM).

O CIE se apresenta como uma incubadora de empresas que abriga micro e pequenas empresas e cooperativas de produção agroextrativista e tem como missão: "Promover, incentivar e desenvolver a criação de micro e pequenos negócios<sup>9</sup>". Mas na verdade, pode se afirmar que ela é o incubadora mista, pois não trata somente de empresas no seu sentido restrito, mas também de cooperativos.

Atualmente o CIE mantém incubadas dez cooperativas extrativistas e sete micro ou pequenas empresas, sendo que duas em estágio de pré-incubação. É formado por uma estrutura administrativa com uma equipe multidisciplinar, abrangendo as áreas de desenvolvimento industrial, marketing, administrativo-financeiro, informática e jurídica. É classificado como uma incubadora de segmento de atuação misto, ou seja, de base tecnológica e de economia tradicional. Juntamente com os *stakeholders*<sup>10</sup>, promove o acesso à

---

<sup>8</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

<sup>9</sup> <http://www.iepa.ap.gov.br/cie>. Consulta realizada em 30/06/2005.

<sup>10</sup> *Stakeholders* – "partes de interesse". Genericamente pode ser conceituado como todo o público de interesse que, direta ou indiretamente, contribui para moldar a imagem da empresa ou entidade.

capacitação dos cooperados, apóia a comercialização, o marketing e o desenvolvimento de novos produtos, além da inovação tecnológica e implementação de sistemas de melhoria contínua da qualidade e da participação em feiras de negócios (Rosário *et al.*, 2002).

A parceria do governo com os *stakeholders* locais, aliada ao trabalho desenvolvido pelo CIE, têm sido um importante diferencial em todas as etapas do processo produtivo da castanha-da-amazônia, em especial nas cooperativas Comaru e Cooperalca. O investimento em tecnologias apropriadas tem estado na base do trabalho desenvolvido no CIE para contribuir na diversificação e melhoria da qualidade dos produtos derivados da castanha.

Além disso, outras áreas de castanhais nativos como o Assentamento Agro-extrativista do Maracá, no município de Mazagão, podem ser beneficiadas com o apoio tecnológico do CIE. Nessa região, toda a produção é repassada para agentes intermediários e ainda não ocorre nenhuma agregação de valor à castanha.

A tabela a seguir apresenta uma avaliação da experiência do CIE com as cooperativas da área sul do Amapá, com seus pontos positivos e negativos. Estes aspectos podem ser analisados e servir de parâmetro para os *stakeholders* que estejam atuando nos projetos de desenvolvimento sustentável na região.

Tabela 2 – Avaliação das ações desenvolvidas nas cooperativas do sul do Amapá pelo CIE.

<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
Criação de cooperativas extrativistas	Fragilidade das organizações sociais de extrativistas
Agregação de valor aos produtos do extrativismo	Baixa capacidade tecnológica, gerencial e administrativa dos cooperados
Diversificação da produção	Fábricas e equipamentos superdimensionados.
Valorização dos produtos regionais	Dificuldades na identificação de canais de comercialização e falta de estudo de mercado para novos produtos
Parcerias	Contrato com um único cliente, comprometendo a independência da cooperativa
Mercado institucional	Sobrecarga de trabalho e desvio das atividades tradicionais das comunidades
Preocupação com a certificação	Concentração de atividades e poder entre poucos membros, dificultando a entrada de outros extrativistas
Início de uma preocupação com a qualidade do produto para atender exigências de mercado	Falta de ações paralelas que promovessem o acesso à educação, saneamento, saúde e energia
Formação de lideranças	Alto custo de energia (termoelétricas).

## **- Uma proposta de agregação de valor à castanha-da-amazônia no Assentamento Agro-extrativista do Maracá**

A experiência das cooperativas incubadas no CIE mostra que as ações empreendidas conseguiram criar uma infra-estrutura de produção e beneficiamento local. Entretanto, ainda não foram suficientes para atuar nas pontas da cadeia produtiva.

Uma das pontas da cadeia produtiva é o consumidor final, que ainda está muito distante dos extrativistas. A outra ponta é o próprio extrativista no castanhal. Ele ainda não foi devidamente incluído no processo, pois faltam mecanismos específicos para dar apoio à produção na cadeia antes de chegar à cooperativa. Dessa perspectiva surge o projeto “Poraquê”. Seus objetivos se concentram em atender as duas principais dificuldades diagnosticadas especificamente no Assentamento Agro-extrativista do Maracá: dificuldades logísticas enfrentadas no armazenamento e transporte da produção, baixa capacitação dos extrativistas e pouco apoio à formação de trabalhos cooperativos.

O projeto prevê a implantação de uma usina de beneficiamento de castanha na comunidade de Caranã, com o uso de tecnologias apropriadas para a escala de produção da comunidade. A usina de beneficiamento terá capacidade de processar a produção usando, para isso, somente energia renovável disponível na própria comunidade. Com essa usina o extrativista poderá secar a sua produção e armazená-la na própria comunidade, em condições apropriadas de estocagem.

O sistema de secagem e armazenagem será dimensionado de forma a permitir que o extrativista possa estocar parte da sua produção até a chegada da entressafra. Com isso, o simples armazenamento pode garantir para o extrativista um ganho significativo na sua renda, permitindo que ele estoque parte da coleta e “barganhe” um preço melhor na entressafra, além de remunerar e manter a estrutura de beneficiamento montada pela comunidade.

O investimento para a instalação da usina de beneficiamento com energia renovável está sendo financiado por um programa de pesquisa financiada com recursos do Ministério de Minas e Energia, no âmbito do programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica. A partir de um diagnóstico na região, foi mostrada a viabilidade econômica do empreendimento, pois, com a agregação de valor à produção no local, é possível garantir recursos para a comunidade manter a usina funcionando.

O projeto no Assentamento Agro-extrativista do Maracá buscará entender as dificuldades ocorridas em outros projetos envolvendo comunidades extrativistas, a fim de evitar que elas se repitam. Nesse caso, as lições apreendidas com as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e da Reserva Extrativista do Rio Cajari serão bastante úteis.

## Considerações Finais

A análise das ações desenvolvidas na cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no sul do Amapá, em especial daquelas realizadas junto às cooperativas, evidenciou o papel do IEPA no desenvolvimento local, através do CIE. Entretanto, alguns pontos problemáticos devem servir de orientação para se evitar que os mesmos ocorram no Projeto Poraquê localizado no Assentamento Agro-extrativista do Maracá:

i) Problemas de produção, representados pelas dificuldades de agregação de valor, certificação e de verticalização da cadeia produtiva, conservação de seus produtos, manejo inadequado e condições de trabalho inapropriadas;

ii) Problemas de comercialização, sendo a principal dificuldade a identificação de canais de comercialização e a falta de estudo de mercado para novos produtos, além da relação comercial com um único cliente, comprometendo a sustentabilidade futura da cooperativa da cooperativa;

iii) Problemas sociais, devido ao escasso capital humano, baixo nível educacional, baixa qualificação técnica, em parte devido à falta de ações paralelas que promovessem o acesso à educação, saneamento, saúde e energia. Soma-se ainda um baixo grau de associativismo e de acompanhamento das organizações sociais; e

iv) Problemas financeiros, representados pelas dificuldades na obtenção de crédito adequado, principalmente capital de giro que obriga as cooperativas a atuarem num efeito cíclico em “vendas casadas”, acarretando em riscos de perda na produção e dificultando o desenvolvimento de outras atividades produtivas.

As experiências desenvolvidas nas comunidades extrativistas do estado indicam que é possível vencer as barreiras do isolamento em relação aos grandes centros urbanos e das diferenças culturais pela capacidade de inserção dos produtores no mercado, pelo acesso ao crédito e pela melhoria das condições de comercialização. Entretanto, devem ser respeitadas as limitações e especificidades dessas comunidades.

## Referências Bibliográficas

- Barbosa, L. R. Conservação da Biodiversidade e gestão Participativa na Amazônia: o caso da reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Amapá, Brasil. Relatório Holos – Paris, 2001.
- Beaufort, D. Les technologies appropriés, qu'est-ce que c'est?, Echos du COTA, p. 3-7, N° 98, Mars, 2003.
- Diniz, J.D.A.S. Estudo exploratório da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia no Amapá, Relatório de estudo preparatório para o doutorado, Macapá: CIRAD / Universidade Aix-Marseille II – Faculdade de Ciências Econômicas e de Gestão, 2003.
- Els, van R.H.; Belas, C. e Campos, C.O., Projeto piloto de micro central hidrocínética para geração de energia elétrica na Reserva Extrativista do Vale do Rio Maracá – Relatório de levantamento e projeto técnico, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- Figueiredo, A. S. e Prescott, E. Principais conceitos, métodos e técnicas aplicados na análise de cadeias do agronegócio, in Figueiredo, A.S. *et al.*, Integração entre a produção familiar e o mercado varejista – uma proposta, Brasília: Universa, 2004.
- Homma, A.K.O. Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.
- Homma, A.K.O. Sinergia de mercados para a Amazônia: produtos do setor primário, Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, 18 (2), 2002.
- Lescure, J.-P. Algumas questões a respeito do extrativismo, p. 191-204, in Emperaire, L. (ed.), *A floresta em jogo – o extrativismo na Amazônia central*, São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- Moraes-Duzat, R.; Macedo, H.; Rocha, L.C.; Nascimento, R.C. e Barbosa, A.P. “Secador solar multiuso para beneficiamento de produtos naturais da Amazônia”, Agrener, 2002.
- Montigaud, J.-C. L'analyse des filières agroalimentaires : méthodes et premiers résultats, Economies et Sociétés, Série Développement agroalimentaire, AG n°21, juin, p. 59-83, 1992.
- Moulin, N. (org.), Amapá, um norte para o Brasil – diálogo com o governador João Alberto Capiberibe, São Paulo: Cortez, 2000.
- Prochnik, V. e Haguenaer, L. Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste brasileiro, XIV Congresso Brasileiro de Economistas, Recife, 2001.
- Rosário, L. T. R; LIMA JR., A. C. O Modelo de Incubação de Cooperativas de Produção em Comunidades Extrativistas no Estado do Amapá, XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos. São Paulo-SP, setembro de 2002.
- Souza, J.S.A, Els, R.H., Tubino, D. A castanha-da-amazônia e a reserva extrativista de Maracá-Amapá, monografia, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.